

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.298 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2001

Conselho vota no dia 23 abertura de processo contra ACM e Arruda

Relatório de Roberto Saturnino, apresentado ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pede a abertura de processo de cassação dos mandatos dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, pela violação do painel eletrônico do Plenário. A decisão será tomada na próxima quarta-feira, dia 23.

PÁGINAS 3 A 6

Roberto Saturnino disse ao Conselho de Ética ter identificado "atos contrários ao decoro parlamentar" no episódio de violação do painel eletrônico. Para ele, ACM e Arruda cometeram "irregularidade grave no desempenho do mandato"



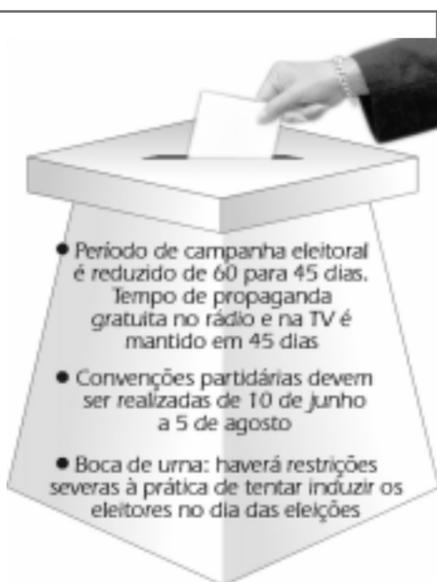
Congresso terá comissão para avaliar a crise energética

PÁGINA 12

CCJ aprova campanha eleitoral mais curta

Projeto de Jorge Bornhausen reduz de 60 para 45 dias o período de propaganda eleitoral e aumenta o rigor com a chamada "boca de urna".

PÁGINA 7



Senado dá imunidade tributária a caderno escolar

Plenário (foto) aprovou ontem, em segundo turno, PEC que isenta de tributos os cadernos escolares e o papel destinado à sua confecção. Proposta vai agora à Câmara.

PÁGINA 11



Senado volta a discutir renúncia para reeleição

Proposta de iniciativa do senador Nabor Junior será discutida em segundo turno durante três sessões, seguindo-se a votação. Se aprovada, precisará ainda ser submetida à apreciação da Câmara dos Deputados

Em segundo turno, o Senado retoma hoje a discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Junior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição.

Nas últimas eleições para cargos executivos, só se desincompatibilizaram para fazer a campanha eleitoral os governantes que assim o desejaram. Com essa iniciativa, Nabor disse que deseja contribuir para o aprimoramento do sistema eleitoral, dotando o instituto máximo da

democracia de maior lisura e transparência.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto da Câmara que obriga as fitas de vídeo com filmes eróticos ou pornográficos, destinadas à venda ou aluguel, a conterem a seguinte mensagem: "Faça sexo seguro. Use camisinha". O projeto determina que, se não tiverem essa mensagem, as fitas poderão ser apreendidas.

Também hoje o Plenário volta a discutir proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que transforma os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em

quadro em extinção da administração federal. O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço ao estado de Rondônia, na condição de cedidos pela União.

Nabor explica que a proposta visa dar mais lisura e transparência ao sistema eleitoral



QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

12h30 — Recebe Carlos Zarur, presidente da Radiobrás.

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, que altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a renúncia dos chefes do Executivo que quiserem se candidatar à reeleição); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PLC nº 63/00, dispõe sobre a inserção, nas fitas de vídeo gravadas que especifica, destinadas a venda ou aluguel no país, da seguinte mensagem: "Faça sexo seguro. Use camisinha"; PLC nº 110/00, denomina Palácio Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do estado do Paraíba; PLC nº 9/01, denomina Aeroporto de Uberlândia — Tenente Coronel Aviador César Bombonato o aeroporto da cidade de Uberlândia (MG); PDs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 223/01, do senador Lúcia Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 35/01 com o PLC nº 44/00, por regularem sobre a mesma matéria; e Requerimento nº 224/01, do senador Lauro Campos, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 35/01 com o PLC nº 44/00, por regularem sobre a mesma matéria.

COMISSÕES

9h — Comissão Mista do Código Florestal destinada a examinar a MP 2080-62, que altera os artigos 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393/96, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Pauta: realização de audiência pública. *Auditório da Assembléia Legislativa, Al. dos Buritis, 231, Goiânia.*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do empresário Ivani Targino de Melo e dos ex-presidentes do Santos Futebol Clube Samir Jorge Abdul Hak e José Paulo Fernandes. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

PREVISÃO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa



Comissão ouve hoje ex-dirigentes do Santos

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro toma hoje, a partir da 10h, os depoimentos de dois ex-dirigentes do Santos Futebol Clube: Samir Jorge Abdul Hak e José Paulo Fernandes. Além deles, será ouvido também o empresário esportivo Ivani Targino de Melo.

Presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI tem até o final do ano para concluir investigações sobre lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e outras irregularidades cometidas no âmbito de clubes e federações de futebol, como também em empresas e outras entidades ligadas ao esporte.

JADER BARBALHO RECEBE O NOVO PRESIDENTE DO SUPREMO

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mello. O magistrado convidou o senador para participar da solenidade de sua posse, no dia 31, e aproveitou a oportunidade do encontro para trocar idéias com o parlamentar em torno da neces-

sidade de uma rápida definição, por parte dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para a questão do teto de remuneração do funcionalismo público.

Jader fez questão de acompanhar o ministro Marco Aurélio Mello até a saída do Senado, em companhia dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Sérgio Ma-

chado (PSDB-CE) e Romero Jucá (PSDB-RR), que também participaram da audiência. Ao final do encontro, o ministro do Supremo enfatizou a importância de os três Poderes da República avançarem na definição do teto salarial do setor público, a fim de acabar com o "deboche na remuneração do funcionalismo".



Ministro Marco Aurélio veio convidar Jader para a cerimônia de posse, marcada para o dia 31

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CONSELHO DE ÉTICA

Relator recomenda abertura de processo

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apresentou ontem relatório ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar propondo a abertura de processo de cassação dos mandatos dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). Saturnino concluiu que os dois feriram o decoro parlamentar no episódio de violação do painel de votações do Senado, em junho do ano passado, quando foi decidida a cassação do senador Luiz Estevão.

Após quase três horas de reunião, o presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS),

adiou a votação do relatório para a próxima quarta-feira, dia 23, às 10h, devido ao pedido de vista formulado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). Nesse prazo, os senadores irão examinar atentamente o texto elaborado por Roberto Saturnino. É dado como certo que um dos senadores aliados a Antonio Carlos apresentará relatório alternativo, num voto em separado, prevendo penas mais brandas para os acusados. Caberá aos 15 senadores do Conselho de Ética decidir entre o relatório de Saturnino e o alternativo.

Ramez Tebet acolheu ainda questão de ordem levantada pelo sena-

dor Gerson Camata (PMDB-ES) e anunciou que a votação do relatório será aberta. Na sua argumentação, Camata ponderou que ainda não foi instaurado processo de cassação e, por isso, a votação do relatório não precisa ser secreta. “Além de legal, o voto aberto é ético, pois ninguém está julgando ninguém”, afirmou Gerson Camata.

Impedidos de discutir o relatório, devido ao pedido de vista, os integrantes do Conselho de Ética passaram a debater a legalidade da votação aberta do parecer de Saturnino. Para os pefelistas baianos Paulo Souto e Waldeck Ornélas, o voto público, nesse

caso, é inconstitucional. Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a exemplo de Tebet, argumentou que o voto secreto só é determinado pela Constituição quando for apreciado o processo de cassação de mandato.

Quanto à possibilidade de o senador Arruda participar da votação, por ser integrante do Conselho de Ética, Ramez Tebet adiantou que, a princípio, o Regimento Interno do Senado não oferece qualquer obstáculo. Mas, diante de uma questão de ordem apresentada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que alegou como impedimento o fato de Arruda ter extrapolado

Ramez Tebet marcou para quarta-feira a votação do relatório



o limite de faltas às reuniões do conselho, o presidente do colegiado comprometeu-se a analisar a situação “com calma”.

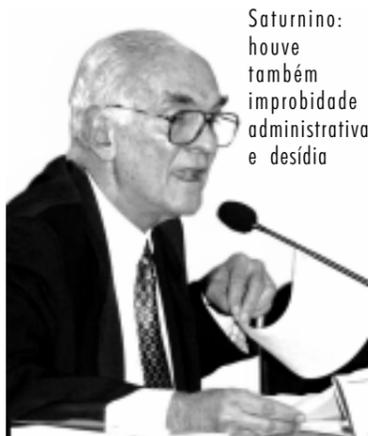
“Há indícios de atos contrários à ética e ao decoro”

No relatório apresentado ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Roberto Saturnino pediu a abertura de processo de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Saturnino argumentou haver encontrado “atos contrários à ética e ao decoro parlamentar” no episódio de violação do painel eletrônico do Plenário do Senado, na votação secreta que decidiu pela cassação do senador Luiz Estevão. Para o relator, os senadores incorreram em irregularidade grave.

— Deste processo resultou patente a existência de indícios bastantes de prática de atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, de modo a justificar a abertura de processo de cassação, mediante as competentes representações contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda por fato sujeito à pena de perda de mandato — afirma Saturnino na conclusão do parecer.

O relator considera que os senadores praticaram improbidade administrativa, violando princípios da administração pública, ou seja, a honestidade, a legalidade e a lealdade às instituições. Além disso, disse Roberto Saturnino, os dois senadores manifestaram “desídia (negligência) por não terem tomado as providências que lhes cabiam diante da prova de vulnerabilidade do sistema de votação e pelo acobertamento do grave ilícito de que tomaram conhecimento”.

O relator considerou ainda que a mudança de versões para os fatos, apresentadas pelos senadores



Saturnino: houve também improbidade administrativa e desídia

em Plenário e entrevistas, demonstrou que os dois senadores mentiram, o que representa “irregularidade grave no desempenho do mandato parlamentar”. Por fim, Saturnino acredita que Antonio Carlos, ao revelar o conteúdo de votos secretos de colegas, “flagrantemente desrespeitou” a confiança depositada pelos seus pares, que o conduziram à presidência do Senado.

RELATÓRIO

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) leu a primeira parte do relatório de Saturnino, que ainda se recupera de um acidente com um carço de pequi (fruto usado na culinária goiana) há dez dias. Nesse trecho, o relator faz um histórico das apurações empreendidas pelo conselho, a partir da publicação de reportagem pela revista *IstoÉ* com parte do conteúdo da conversa gravada entre Antonio Carlos Magalhães e três procuradores da República, que, em depoimento, confirmaram o teor das fitas, degravadas por peritos da Universidade de Campinas (Unicamp).

Saturnino apontou ainda as oportunidades em que Antonio Carlos e Arruda negaram sua participação na violação do painel eletrônico e lembrou que eles só mudaram suas versões após a confissão dos demais envolvidos e a perícia da Unicamp ter constatado a quebra de sigilo das informações registradas na votação secreta.

O relator recordou ainda os depoimentos da ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Célia Peres Borges, que forneceu detalhes sobre a violação do painel. Para o relator, esses depoimentos — nos quais Regina afirmou que Arruda e Antonio Carlos teriam solicitado o serviço — confirmam a participação dos senadores no episódio, configurando a quebra de decoro que justifica o pedido de abertura de processo de cassação.

— Esse infausto episódio causou graves danos à imagem do Senado. É um precedente com grande repercussão para a respeitabilidade das instituições democráticas, por envolver a confiança da cidadania na lisura dos procedimentos do Congresso e no sistema político, indispensável para adoção de sistemas informatizados nas eleições em todo o país — afirmou Saturnino.

— Não tivemos tempo para analisar o relatório detidamente. O relator é sempre a pessoa que estuda o processo com profundidade, que conhece a matéria com detalhes. Então, nunca se pode deixar de valorizar a opinião do relator. Vocês conhecerão meu voto na quarta-feira, dia 23. A votação será aberta — afirmou Alcântara.

Senadores elogiam relatório de Roberto Saturnino

Membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiaram o relatório do senador Roberto Saturnino, que conclui pelo encaminhamento de pedido à Mesa do Senado de abertura de processo de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

Para Lúcio Alcântara, o relatório foi contundente. O senador cearense, porém, não quis antecipar seu voto, já que apenas ontem tomou conhecimento dos argumentos de Saturnino.

— Não tivemos tempo para analisar o relatório detidamente. O relator é sempre a pessoa que estuda o processo com profundidade, que conhece a matéria com detalhes. Então, nunca se pode deixar de valorizar a opinião do relator. Vocês conhecerão meu voto na quarta-feira, dia 23. A votação será aberta — afirmou Alcântara.

Já Ney Suassuna considerou a argumentação de Saturnino “boa, coerente, consistente e substancial”. Ele concorda com a recomendação de Saturnino.

— A conclusão não poderia ser outra. Agora ele gerou uma dúvida, porque já sugeriu a penalidade. Mas esse é um direito do relator, como

os que não concordam tiveram o direito de pedir vista e apresentar um voto em separado. Vamos ver a argumentação dos contrários porque isso é a democracia. Cabe a nós, como juízes neste momento, decidir quem está com a razão mais sólida — analisou.

Casildo Maldaner, que leu parte do relatório de Saturnino, entende que, neste momento, não se está julgando o mérito, ou seja, se os senadores devem ser cassados ou não. Como o relator, ele defende a abertura de processo pela Mesa do Senado para, em seguida, o conselho proceder à tramitação, permitindo que os acusados apresentem suas defesas.

— Durante o pedido de vista, os senadores poderão até analisar de outra forma, mas o relator acha que se deve abrir processo por quebra de decoro parlamentar e que se enquadra em caso de cassação. Ele colheu elementos consistentes para concluir nessa direção. Acho que o pedido de abertura de processo de cassação é correto — declarou.

coerente, consistente e substancial”. Ele concorda com a recomendação de Saturnino.

— A conclusão não poderia ser outra. Agora ele gerou uma dúvida, porque já sugeriu a penalidade. Mas esse é um direito do relator, como

os que não concordam tiveram o direito de pedir vista e apresentar um voto em separado. Vamos ver a argumentação dos contrários porque isso é a democracia. Cabe a nós, como juízes neste momento, decidir quem está com a razão mais sólida — analisou.

Casildo Maldaner, que leu parte do relatório de Saturnino, entende que, neste momento, não se está julgando o mérito, ou seja, se os senadores devem ser cassados ou não. Como o relator, ele defende a abertura de processo pela Mesa do Senado para, em seguida, o conselho proceder à tramitação, permitindo que os acusados apresentem suas defesas.

— Durante o pedido de vista, os senadores poderão até analisar de outra forma, mas o relator acha que se deve abrir processo por quebra de decoro parlamentar e que se enquadra em caso de cassação. Ele colheu elementos consistentes para concluir nessa direção. Acho que o pedido de abertura de processo de cassação é correto — declarou.



Membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar cumprimentam Roberto Saturnino após a leitura do relatório

CONSELHO DE ÉTICA

Souto pede vista e votação fica para dia 23

Tão logo o senador Roberto Saturnino deu por encerrada a leitura do relatório que concluiu pela abertura de processo contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda por quebra de decoro parlamentar, o senador Paulo Souto (PFL-BA) pediu vista da matéria. O pedido foi aceito pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet, que, na forma regimental, marcou para a próxima quarta-feira, dia 23, às 10h, a votação do relatório.

Tebet também decidiu que a votação do relatório de Saturnino será aberta, e não secreta. A decisão do presidente da comissão contrariou Waldeck Ornélas (PFL-BA). O senador baiano estranhou que Tebet tenha optado pela votação aberta quando a Constituição e o próprio Regimento Interno, no seu entendimento, estabelecem que, no caso, a votação deve ser secreta.

— A votação aberta fere dispositivos constitucionais e parece que a presidência do Conselho de Ética escolheu o caminho do arbítrio para iniciar o julgamento dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Tal comportamento pode gerar a anulação judicial da votação por meio de um mandado de segurança — disse Waldeck Ornélas, que classificou de política a decisão do presidente do conselho.

Em resposta, Tebet informou

que a votação aberta é plenamente justificável, uma vez que o conselho ainda está em fase de investigação das denúncias e não existe formalmente um processo. Portanto, a seu ver, a decisão não fere a Constituição nem dispositivos regimentais.

Tebet adiantou que irá defender o voto secreto nas fases posteriores do processo no próprio Conselho de Ética, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, por fim, no Plenário do Senado. Isso vai depender, observou, da aprovação do relatório pelo Conselho de Ética, na próxima quarta-feira. Se aprovado, o parecer segue para a Mesa, que, se acolher as denúncias, remete o processo de volta ao conselho. Aí sim, explicou, entrará em cena a instituição do voto secreto, instrumento regimental que reconhece ser constitucional no caso de quebra de decoro parlamentar.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Roberto Freire (PPS-PE) saíram em defesa do presidente do conselho. Ambos entendem que não cabe voto secreto nessa fase do processo. Para Dutra, o argumento de Waldeck Ornélas de que o voto aberto seria inconstitucional na votação do relatório não se justifica, uma vez que se trata apenas de parecer pela abertura, ou não, de processo contra os dois senadores.

Dutra lembrou que no momento em que os sete membros da Mesa do Senado decidiram



Senadores do PFL trocam idéias durante a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

encaminhar as denúncias ao Conselho de Ética, todos votaram abertamente. “Naquela oportunidade ninguém saiu em defesa da votação secreta”, lembrou o senador, ao manifestar-se favorável à votação secreta nas outras fases do processo.

O senador Paulo Souto, autor do pedido de vista, criticou o relatório de Roberto Saturnino, classificando-o de uma “investigação sumária”, que já concluiu pela condenação dos dois sena-

dores, “antes mesmo de eles terem o direito de se defender”. Para o senador, o processo nem sequer foi aberto e Roberto Saturnino pode ter sido induzido pela imprensa e a opinião pública a pedir condenação máxima aos parlamentares, ou seja, a cassação dos mandatos.

— O processo não foi instaurado. Ainda não houve apresentação da defesa. Mas mesmo assim existe no ar um clima de condenação antecipada — acrescentou Paulo Souto.

Em resposta, Roberto Saturnino disse que, ao elaborar o relatório, prendeu-se apenas aos fatos constantes dos autos, e que eles eram tão evidentes que o levaram a pedir abertura do processo.

A QUESTÃO ARRUDA

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) pediu o desligamento do senador José Roberto Arruda do Conselho de Ética. Ele acha que Arruda não pode permanecer no conselho, do qual é membro titular, já que está sendo investigado pelo órgão. Além disso, segundo Antero, Arruda não compareceu a oito reuniões do conselho e, portanto, deve ser afastado. De acordo com o regimento, o parlamen-

tar deixa de ser membro do conselho caso não compareça a mais de seis reuniões. “E isso ocorreu com o senador Arruda”, acrescentou.

O senador Waldeck Ornélas estranhou as colocações de Antero de Barros e disse que Arruda, apesar de ter deixado o PSDB, é um senador e está no exercício do mandato. Além disso, lembrou, Arruda vem se dedicando todo o tempo a sua defesa. Mesmo assim, observou, o senador pelo Distrito Federal compareceu, como depoente e acareado, ao Conselho de Ética, fato que, segundo ele, “joga por terra” a argumentação de Antero de que Arruda teria se ausentado por oito reuniões.

— É um ato covarde e uma indignidade tentar retirar o nome do senador José Roberto Arruda da condição de membro titular do Conselho de Ética — protestou Waldeck Ornélas.

Em resposta, Antero disse que “covardia e indignidade é um senador defender a falta de ética de membros do Senado que violaram o painel eletrônico da Casa”. O presidente do conselho, Ramez Tebet, interveio e prometeu dar solução ao caso na próxima reunião.

Tebet confirma que voto de Arruda é regimental

Referindo-se ao senador José Roberto Arruda, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet, informou que o Regimento possibilita que um senador membro do conselho vote, mesmo em processo em que esteja sendo investigado.

— É realmente paradoxal alguém estar sendo investigado pelo Conselho de Ética e votar. Agora, pela lei, pode votar. O nosso Regimento diz que, para um senador não votar, ele próprio tem que manifestar o seu impedimento — afirmou Tebet, ao ser questionado se considera o fato de Arruda votar em sua própria defesa uma atitude ética.

Tebet, porém, deixou claro que um senador pode ficar impossibilitado de votar por outros motivos. Ele citou a questão de ordem levantada

pelo senador Antero Paes de Barros, que argumentou que Arruda vem acumulando faltas nas reuniões do conselho, o que poderia levar à sua exclusão (veja matéria principal desta página).

— Eu deixei para resolver sobre essa questão de ordem depois, porque no momento não tinha elementos para decidir. Mas isso não atrasa em nada o processo, pois a questão será decidida até a próxima quarta-feira — anunciou o presidente do conselho.



Pelo Regimento, Arruda pode votar no Conselho de Ética

CONSELHO DE ÉTICA

OS PRÓXIMOS PASSOS



No dia 23, o Conselho de Ética votará o relatório de Roberto Saturnino. Se aprovado, o processo será remetido à Mesa do Senado. Se rejeitado, poderá ser votado relatório alternativo apresentado por algum dos senadores. Se aprovado o relatório alternativo e a pena sugerida for no máximo advertência, o processo se esgotará no âmbito do conselho; se for suspensão temporária de mandato, o assunto, igualmente, irá à apreciação da Mesa.



Se aceita a recomendação pela Mesa, terá início formalmente o processo de suspensão ou cassação, com o caso retornando ao Conselho de Ética.



No conselho haverá prazo de cinco sessões ordinárias para a defesa dos senadores, que poderão solicitar novas diligências. O passo seguinte será a segunda votação no conselho, obrigatoriamente secreta. Se o conselho não aceitar a cassação, o processo será arquivado. Caso os senadores apoiem a cassação, o caso seguirá para a CCJ, que verificará se o processo não contém irregularidade jurídica.



Se a CCJ confirmar a correção do processo, o caso seguirá para o Plenário, onde os 81 senadores farão a votação definitiva. Para cassação do mandato, há necessidade de maioria absoluta, ou seja, metade mais um de todos os senadores, na prática, 41 votos. Mas se a proposta for menos severa e previr suspensão temporária de mandato, sua aprovação exigirá apenas metade mais um dos presentes à votação.

Processo pode ter quatro votações e não termina em menos de 45 dias

A apresentação do relatório do senador Roberto Saturnino foi o primeiro passo de um longo processo em que poderão ser realizadas até quatro votações, caso os senadores, nas várias instâncias, concordem com a punição máxima, de perda de mandato, proposta pelo relator para os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

Na previsão do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet, o processo irá demorar mais de 45 dias, sem contar que as investigações começaram há mais de dois meses, período em que foram ouvidos 13 depoimentos.

A primeira votação deverá ser feita daqui a uma semana, no dia 23, quarta-feira. Na oportunidade, os 15 senadores do Conselho de Ética decidirão, em votação aberta, se concordam com o relatório de Saturnino. O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) já anunciou que apresentará um relatório alternativo, para votação em separado. A proposta de Ornélas será votada apenas se o conselho, por maioria, rejeitar as conclusões do relator.

Se a primeira votação confirmar o relatório de Saturnino, o processo será remetido imediatamente à Mesa Diretora do Senado, com a comunicação de que o conselho concluiu que houve quebra de decoro parlamentar. Mesmo que seja aprovado o relatório alternativo e a pena sugerida seja a suspensão temporária de mandato, o caso seguirá à Mesa. O processo será encerrado no conselho se a pena

aprovida for uma advertência.

Com a questão chegando à Mesa, um de seus integrantes será indicado para relatar a comunicação do Conselho de Ética. Se a Mesa aceitar as recomendações iniciais, terá início formal o processo de perda de mandato (temporária ou definitiva), com o caso retornando ao Conselho de Ética. O presidente do conselho dará então um prazo de cinco sessões ordinárias para a defesa de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Essa é uma das fases que pode demorar mais, pois os acusados podem solicitar novas diligências.

O passo seguinte será a segunda votação no conselho, agora já de forma secreta. Caso os senadores concordem novamente com o relator e dêem apoio à cassação dos mandatos, o caso seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a qual verificará se o processo está de acordo com a Constituição e a lei, fazendo a terceira votação do processo. O

conselho também enviará à CCJ projeto de resolução prevendo a perda de mandato.

Se a CCJ concordar com a punição, o caso seguirá para o Plenário. É lá que será feita a quarta e última votação. Para suspensão definitiva do mandato, há necessidade de maioria absoluta, ou seja: metade mais um de todos os senadores – na prática, 41 votos. Mas se a punição for menos severa e estabelecer suspensão temporária de mandato, sua aprovação exigirá apenas metade mais um dos presentes à votação. Em todas as fases, os acusados poderão constituir advogados para suas defesas.

Caso qualquer um dos acusados decida renunciar ao mandato após a primeira votação no Conselho de Ética, deve fazê-lo antes que a Mesa remeta o processo de volta ao conselho. Quem renuncia ao mandato não perde a elegibilidade, ou seja, poderá se candidatar nas eleições seguintes.

Dutra protesta contra violência da PM baiana

Em nome do Bloco Oposição, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) classificou como “truculenta, ditatorial e inadmissível” a ação da Polícia Militar da Bahia ao reprimir estudantes e trabalhadores que participavam ontem, em Salvador, de manifestação em favor da perda dos mandatos dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

Para Dutra, é inadmissível que a PM baiana esteja agindo como costumava agir durante a ditadura militar, em vez de garantir o direito constitucional de os cidadãos se manifestarem livremente. Ele denunciou que a PM chegou a invadir e ocupar o *campus* de uma universidade federal, o que resultou em 20 pessoas feridas e quatro detidas. A ação policial deve ser repudiada por todos os brasileiros, disse o senador.

Senadores descartam interferência do Supremo

Questionados pela imprensa logo após a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmaram que não acreditam na possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) manifestar-se quanto ao procedimento de votação do relatório de Roberto Saturnino (PSB-RJ) sobre a violação do



Dutra: STF não julga questões internas do Senado

painel de votação do Senado.

A dúvida sobre a votação ser aberta ou fechada foi levantada pelos senadores Waldeck Ornélas (PFL-BA) e Paulo Souto (PFL-BA), que consideraram inconstitucional a decisão do presidente do conselho, Ramez Tebet, de fazer a votação aberta. Para eles, a questão é passível de ser levada ao exame do STF.

– Não acredito que os senadores tenham argumentos para recorrer ao Supremo, mas ir à Justiça, qual quer um pode ir – disse Tebet.

Ele reafirmou que todas as decisões que tomou na reunião de ontem estão baseadas no Regimento Interno do Senado e na Constituição e não serão revistas. “A decisão sobre a votação ser aberta é matéria vencida. O Judiciário pode se manifestar, mas como esse é um assunto político, não creio que o faça.”

O senador José Eduardo Dutra também caracterizou o problema como uma “questão *interna corporis*” que, por isso, não deverá passar pelo julgamento do STF. Na opinião de Dutra, não há dúvida quanto à possibilidade de a votação ser aberta, já que não foi instaurado ainda processo de cassação.

Dutra lembrou que, instaurado o processo de cassação, todas as etapas subsequentes dependem de votações secretas, “gostando-se ou não”, observou.

Nabor Júnior nega ter recebido “500 mil argumentos pró-ACM”

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) negou ontem que tenha recebido retribuição para votar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no próximo dia 23, contra a abertura de processo para a cassação do mandato do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães. De acordo com sua nota publicada na coluna “Painel”, do jornal *Folha de S. Paulo*, correm no conselho rumores de que Nabor teria recebido “pelo menos 500 mil argumentos pró-ACM”.

– Não sei que outro tipo de argumento poderia estar implicado na citada nota. Se forem as tão faladas pressões políticas, quase quatro décadas enfrentando o arbítrio falam por mim. E quanto a ser aliciado ou receber qualquer tipo de retribuição por votos ou atitudes, nunca pessoa alguma teve a ousadia de me fazer esse tipo de proposta indecorosa –



Nabor: “Vou votar de acordo com a minha consciência”

disse Nabor Júnior.

Ele mencionou ter recebido muitos *e-mails* favor e contra a cassação. Garantindo não temer investigações ou discussões com quem quer que seja, o senador pôs à disposição dos interessados contas bancárias, declarações de Imposto de Renda e propostas que fez em sua vida pública. E conclamou os jornalistas a terem com ele “contato direto e sincero” por meio do qual eventuais dúvidas possam ser esclarecidas.

O senador disse que não pretende renunciar a seu mandato no conselho, que termina no dia 30 de junho. Ao contrário, está oferecendo seu nome ao PMDB para recondução ao posto.

– Vou votar de acordo com a minha consciência, analisando o contexto em que os fatos ocorreram, coerente com o que vi e ouvi nos depoimentos prestados – assegurou Nabor Júnior.

Ornélas reclama de decisão do conselho

Ao criticar voto aberto na apreciação do relatório sobre violação do painel, senador diz que a Constituição estabelece votação secreta sobre qualquer possibilidade de perda de mandato de parlamentares

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) registrou ontem, em Plenário, seu protesto contra a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado pelo voto aberto na apreciação do relatório que pede a cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, pela violação do painel de votação.

Segundo o senador baiano, a Constituição “é clara” quando estabelece que qualquer possibilidade de perda de mandato de parlamentares deve ser feita em votação secreta. Ele reclamou que nem sequer teve o acolhimento, pelo conselho, de um pedido seu para que a matéria fosse analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, “o que seria um procedimento isento no caso de uma discussão sobre matéria constitucional”.

— Opta-se por um caminho de propugnar um julgamento político, pois não houve violação da votação e sim violação do painel. Se houvesse violação da votação, aí, sim, haveria crime — frisou o parlamentar.

Waldeck Ornélas advertiu ainda que, a partir de agora, o caminho está aberto para que qualquer senador possa ser cassado.

— Basta que a maioria julgue até mesmo que qualquer um de nós é feio, para que se inicie um processo político independente de qualquer fundamentação. Isso



Waldeck Ornélas: “Se houvesse violação da votação, aí, sim, haveria crime”

não é democrático — enfatizou.

Respondendo ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que o antecederia na tribuna, Ornélas disse ainda que os conflitos ocorridos ontem em Salvador (BA), durante a manifestação em favor da cassação do senador Antonio Carlos Magalhães, foram iniciados pelos manifestantes, que teriam insultado os policiais. Ele informou que o governo do estado havia se comprometido a dar toda proteção à manifestação, mas os protestos fugiram do controle e houve agressões mútuas.

De acordo com Waldeck Ornélas, as manifestações em Salvador fazem parte de uma “clara tentativa de manipulação da opinião pública, e de se criar uma situação política que tenha seus reflexos no Congresso Nacional”.

Jader: Senado responde aos reclamos da sociedade

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na apuração das responsabilidades pela violação do painel eletrônico vai ao encontro dos reclamos da opinião pública:



Jader: membros do Conselho de Ética vão votar com convicção

— O assunto está tendo o tratamento adequado, de forma aberta, e a opinião pública acompanha todos os passos. O Senado Federal dá uma resposta à sociedade brasileira e a opinião pública é a grande testemunha da seriedade do trabalho que está sendo

feito — afirmou.

Jader observou que, ao chegar à Mesa, a matéria será tratada “como matéria de urgência”, sem prejuízo das normas regimentais estabelecidas, dada a relevância do assunto. Ele desmentiu a existência de um entendimento para

barrar a CPI da Corrupção e amenizar as punições aos senadores envolvidos:

— Não houve acordo nenhum, isso não passa de especulação. Os membros do Conselho de Ética vão votar com convicção e responsabilidade — garantiu.

Fernando Bezerra ingressa no PTB e assina pedido de CPI da Corrupção

Ao discursar em seu retorno ao Senado, depois de ter pedido demissão do cargo de ministro da Integração Nacional, o senador Fernando Bezerra (RN) anunciou sua desfiliação do PMDB e seu ingresso no PTB. “Não guardo mágoas, entendo as injunções da política regional e vou feliz para o PTB, porque pretendo me candidatar ao governo do meu estado, o Rio Grande do Norte”, afirmou.

Bezerra anunciou ainda em Plenário que assinaria o pedido de criação da CPI da Corrupção, caso a CPI incluísse uma investigação sobre a empresa Metasa, de que foi sócio. Ressalvou, no entanto, que a CPI, nos termos amplos em que está colocada, tende a resvalar para o abismo das explorações político-eleitorais.

Ao sair do Plenário, Bezerra cumpriu o prometido e assinou ficha de filiação ao PTB e o requerimento pela criação da CPI.

O senador fez questão de garantir sua inocência diante da “implacável campanha de difamação” de que teria sido vítima. Ele afirmou que seus adversários políticos inundaram a imprensa com meias verdades, calúnias e mentiras, mas foi possível provar sua honestidade por meio de



Segundo Fernando Bezerra, seu erro foi lutar contra estrutura de poder no Nordeste

documentos que mostrou ao próprio presidente Fernando Henrique Cardoso e entregou à corregedora Anadyr Mendonça, solicitando a mais completa investigação dos fatos.

Segundo Bezerra, seu erro à frente do Ministério da Integração Nacional foi trabalhar para mudar uma estrutura secular de poder no Nordeste. “Tive a audácia de dar um passo concreto na direção do desenvolvimento e da cidadania, enfrentando preconceitos e combatendo os métodos daqueles que desejam manter o Nordeste no atraso, na condição de último dos vagões do comboio que é a nação brasileira”.

Ele garantiu não ter sido derrotado, porque a denúncia tramada

por seus inimigos é, conforme disse, vazia e infundada. Na opinião de Bezerra, a imprensa, usada como instrumento para macular sua imagem, não é culpada, porque apenas espelhou o clima generalizado que o país vive, a seu ver, de denúncia pela denúncia, de caça às bruxas, em que o joio e o trigo se confundem numa situação que lembra as brumas da Inquisição.

Ao concluir seu pronunciamento, Fernando Bezerra afirmou que, apesar de ter sido atingido por uma avalanche, não caiu porque reúne condições de enfrentar qualquer investigação de cabeça erguida. “Não conseguimos me transformar num entulho da História”.

Parlamentares manifestam solidariedade

Em aparte ao discurso com que o senador Fernando Bezerra reassumiu seu mandato na Casa, o senador José Agripino (PFL-RN), governador do estado na época em que a empresa Metasa recebeu financiamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), atestou a lisura do empreendimento do qual Bezerra foi sócio. “É um absurdo surgirem denúncias sobre um negócio tão antigo, somente para atingir uma pessoa proba e honrada”, disse.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou sua surpresa diante da decisão de Bezerra de sair do PMDB e ingressar no PTB. “De qualquer maneira, sua defesa do

projeto de transposição das águas do São Francisco, para beneficiar populações dos estados nordestinos não banhados pelo rio, ficará marcada indelevelmente no mapa do Brasil”, destacou.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) lamentou a decisão de Bezerra de sair do PMDB, mas observou que os dois continuarão a trabalhar pelo bem do Brasil. Para José Coelho (PFL-PE), o Brasil ainda não aprendeu a respeitar a honra e a dignidade alheias. “Esse tempo de xingamento precisa passar”, enfatizou.

Em nome da Executiva do PTB, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) deu as boas-vindas a Bezerra, afirmando que farão um bom

trabalho juntos. Conduzindo os trabalhos da sessão, o presidente Jader Barbalho também manifestou sua satisfação em ver Bezerra de volta ao Senado. “O Executivo perdeu um excelente quadro, mas o Senado saiu ganhando”, disse.

ASSINATURAS

Ao sair do Plenário do Senado, depois de ser aplaudido em seu discurso, Bezerra assinou, publicamente, a ficha de inscrição nos quadros do PTB. Diante do líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), Bezerra assinou também o pedido de criação da CPI da Corrupção, em face da promessa de que a empresa Metasa fará parte das investigações da comissão, como reivindicou o ex-ministro.

CCJ aprova prazo menor de propaganda eleitoral

Com várias emendas, foi acolhido projeto do senador Jorge Bornhausen que reduz de 60 para 45 dias o período de propaganda, mas mantém o tempo no rádio e na televisão e amplia restrições à boca de urna

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em sua reunião de ontem projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que reduz de 60 para 45 dias o período de propaganda eleitoral, mantém o tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e tevê em 45 dias e torna mais severas



A CCJ acatou várias emendas à proposta de Bornhausen, como a que mantém o período de 10 de junho a 5 de agosto para que os partidos realizem convenções

as restrições contra a chamada "boca de urna", pela qual os militantes dos partidos, no dia da eleição, tentam induzir os eleitores a votar nos seus candidatos. O projeto original recebeu várias emendas.

Em seu parecer, o relator substituto da matéria, senador José Agripino (PFL-RN), acatou as emendas já aprovadas pelo primeiro relator do projeto na CCJ, senador José Jorge (que se afastou para assumir o Ministério de

Minas e Energia no atual governo), entre elas a do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que torna mais rígidas as penas para a "boca de urna". Ele acatou também as emendas encaminhadas pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), por considerá-las coerentes com os princípios básicos das alterações propostas originalmente pelo senador Bornhausen: a busca do fortalecimento dos partidos e da fidelidade partidária, com simplificação e

redução das despesas da campanha eleitoral.

Com suas emendas, Dutra impediu que o período da propaganda eleitoral no rádio e na tevê fosse reduzido de 45 para 30 dias e que o prazo das convenções partidárias fosse encurtado para 10 dias. O prazo para que os partidos realizem suas convenções fica sendo de 10 de junho a 5 de agosto, fixando-se o dia 16 de agosto para o início da campanha eleitoral.

Hartung e Requião votam contra parecer

Os senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Roberto Requião (PMDB-PR) votaram contra o parecer do relator, rejeitando o projeto original, mesmo com as emendas. Requião entende que o país nada tem a ganhar com a "criminalização" do processo eleitoral. Para ele, é um erro estipular prazos para início de campanha, e cada um deve ser livre para sempre e em qualquer momento dizer o que pensa e pregar as mudanças nas quais acredita. Se o político tem um período certo para falar e criticar, a formação da opinião pública ficará entregue inteiramente à grande mídia, argumentou Requião.

O senador paranaense afirma que não faz qualquer sentido criar impedimentos à discussão política. Irônico, ele disse que os governadores poderão divulgar suas ações e assim fazer propaganda. Entretanto, quem criticá-los será punido, como ocorreu

com ele próprio, no Paraná, onde sofreu 137 processos eleitorais, sendo condenado em oito deles.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a aprovação das mudanças na Lei Eleitoral (nº 9.504) por considerá-las objetivas e capazes de contribuir para a modernização do processo eleitoral do país. Se essas mudanças estivessem hoje em vigor, disse ele, Requião não teria sido condenado pela Justiça Eleitoral.

Para o senador Gerson Camata (PMDB-ES), que elogiou a redução dos prazos de campanha, a legislação eleitoral vigente "é tão ruim, que qualquer mudança que se faça será boa". A senadora Heloísa Helena (PT-AL) tentou manter intocados os prazos de campanha, mas não foi atendida pelo relator. Mesmo assim, ela votou a favor do projeto, prometendo lutar pelas mudanças que defende quando o projeto for a Plenário.

Lei das S.A. é debatida em conjunto

Os senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiram, ontem, realizar reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para apreciar as propostas de alteração da Lei das Sociedades Anônimas, que tem como principal objetivo proteger e criar novos atrativos aos pequenos investidores do mercado de capitais.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), levou apenas três minutos para obter a aprovação do Plenário sobre a medida, que ele já havia discutido na segunda-feira com o presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A sugestão de exame conjunto das duas comissões sobre as propostas de alteração da Lei das S.A., para dar celeridade à tramitação do projeto de lei, partiu do presidente do Senado, Jader Barbalho. Na terça-feira (dia 15), a medida foi aprovada pela CAE.

Aprovada indicação de dois ministros para o TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem as indicações dos advogados José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes e Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, feitas pelo presidente da República, para exercerem o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Gaúcha e radicada em Brasília, onde mantinha escritório de advocacia trabalhista, Maria Cristina é historicamente a segunda mulher a tomar assento naquela instituição, mas será a única mulher no grupo, porque a primeira a tornar-se ministra no TST (uma advogada carioca) aposentou-se. Maria Cristina teve seu nome aceito por unanimidade na CCJ. Já o advogado José Simpliciano contou com 16 votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção.

A advogada Maria Cristina Peduzzi, formada em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), foi a primeira a ser sabatinada pelos senadores e arrancou elogios de praticamente todos os senadores, principalmente de Pedro Simon

(PMDB-RS), Emilia Fernandes (PT-RS), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Maria do Carmo (PFL-SE), por sua tranqüilidade e desenvoltura.

A advogada posicionou-se a favor do estabelecimento de controle externo do Judiciário e da adoção da súmula vinculante como forma de dar transparência e imprimir maior rapidez à Justiça. Casos de nepotismo e de juízes que não julgam, no seu entendimento, podem ser coibidos a partir do controle externo do Judiciário, exercido por um conselho que incluía até mesmo pessoas de fora do setor.

Em resposta ao senador Iris Rezende (PMDB-GO), a advogada disse que regular as formas alternativas de solução de conflitos, inclusive criando-se a cultura da negociação, e dar mais poderes ao relator nos tribunais seriam formas eficazes de redução do tempo de tramitação das



Maria Cristina (ao lado do senador Bernardo Cabral) é a segunda mulher a tornar-se ministra do Tribunal Superior do Trabalho

causas no Judiciário.

Aos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Paulo Hartung (PPS-ES), Maria Cristina se disse favorável à flexibilização das leis trabalhistas, mas jamais ao ponto de ameaçar direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Nessa mesma linha, ela respondeu ao senador Bello Parga (PFL-MA) ser inatacável o direito de greve, limitável apenas em razão do interesse social, como no caso de hospitais, transporte coletivo, fornecimento de energia elétrica

e saneamento. Nesses casos, disse ela, não pode haver paralisação total, devendo funcionar um esquema de plantões.

Já o advogado sergipano José Simpliciano, sabatinado por bem menos tempo pelos senadores, também defendeu a flexibilização das leis trabalhistas, em resposta a uma questão levantada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Alertou, porém, que os países que alteraram muito essa legislação não obtiveram aumento do emprego.

Vai à Câmara projeto sobre publicidade de balancetes de fundos constitucionais

A proposta, aprovada em regime terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos, determina a divulgação pela Internet dos relatórios e atividades do FNO, FNE e FCO

O Senado enviou à Câmara dos Deputados projeto de lei de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) exigindo que os fundos constitucionais de financiamento divulguem seus balancetes e relatórios de atividades na Internet, rede mundial de computadores, sem prejuízo do cumprimento das obrigações diante dos órgãos fiscalizadores competentes.

O projeto foi aprovado, em regime terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Como não foi interposto recurso por um décimo dos senado-

res, no prazo regimental de cinco dias úteis, dispensou-se a votação em Plenário.

Em seu parecer, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou uma emenda, aprovada na CAE, especificando que os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) precisam continuar cumprindo suas obrigações diante das instituições financeiras que administram os recursos, não sendo possível substituí-las simplesmente pela divulgação dos dados na Internet.

O senador argumentou que é necessário distinguir a simples divulgação da necessária e oficial fiscalização. O Congresso Nacional, acrescentou, que recebe obrigatoriamente os balanços dos fundos, devidamente auditados, não prescinde dos documentos físicos no curso do exame das matérias. O Regimento Interno do Senado e o Regimento Comum, disse, exigem a documentação para a apreciação e votação de pareceres e relatórios. "A divulgação pela Internet é uma medida salutar, mas não é suficiente", concluiu Alcântara.



Luiz Pontes, autor do projeto: obrigações diante de órgãos fiscalizadores continuam

Eduardo registra implantação de universidade

Ao registrar, em Plenário, a criação da Universidade Federal do Tocantins, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou o apoio unânime da atual composição do Senado à reivindicação que deu origem à instituição universitária. O senador lembrou que o Tocantins era o único estado que, mesmo com dez anos de existência, não dispunha da presença federal na educação superior.

Eduardo Siqueira Campos informou que a Universidade Federal do Tocantins está em plena fase de implantação, tendo como reitor *pro tempore* o professor Eurípedes Falcão Vieira, que tem larga experiência em administração universitária e está tomando todas as providências para o funcionamento e implantação de vários *campi* da Fundação Universidade do Tocantins.

Em seu pronunciamento, o senador também destacou a expansão do ensino profissionalizante que será iniciado pela Escola Técnica Federal de Palmas, que deve entrar em funcionamento ainda este ano. A formação profissional, acrescentou, teve impulso decisivo com o acordo assinado em 26 de abril pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que deve destinar R\$ 2,8 milhões para a implantação do Centro de Educação Profissional de Paraíso (TO).

Segundo o senador, a secretaria de Educação do Tocantins, professora Maria Auxiliadora Seabra Rezende, informou que este é o primeiro centro de um total de seis que estão programados para o estado. Os outros serão instalados em Araguaína, Gurupi, Tocantinópolis, Natividade e Arraias, informou Eduardo.

— Dessa forma, todo o estado estará atendido com o ensino profissionalizante, pois cada centro terá função regional, atendendo alunos provenientes dos outros municípios da região — disse ele.

Segundo o senador, os centros de formação profissional vão dispor de 10 mil metros quadrados, oferecidos pela comunidade, e os recursos do Ministério da Educação serão aplicados em construções e equipamentos.



Eduardo: destaque para expansão do ensino técnico

Maldaner lê moção de vereadores de Concórdia sobre febre aftosa

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) leu ontem moção aprovada pela Câmara Municipal de Concórdia (SC). Os vereadores solicitam ao governador de Santa Catarina alteração no projeto de lei que criou o Fundo de Defesa Sanitária estadual (Fundesa) no que diz respeito a indenizações para pecuaristas que tiverem perdas em função da febre aftosa e à ampliação dos recursos do fundo. Na avaliação dos vereadores, a verba de R\$ 15 milhões para combater a doença não é suficiente.



Maldaner alertou para a necessidade de o rebanho do estado ser vacinado

Durante a leitura do documento, o senador afirmou que só com a vacinação do gado contra a febre aftosa a carne produzida no estado poderá manter, internacionalmente, boa reputação sanitária. A qualidade do rebanho ficaria em um patamar superior ao do europeu, ressaltou. Para Maldaner, ao contrário do que aconteceu em países como a Inglaterra, as medidas aqui seriam apenas preventivas.

No entendimento dos vereadores, as providências de combate à aftosa são urgentes, pois existe o risco de os municípios que fazem divisa com a Argentina serem atingidos pela doença. Numa situação desse tipo, alertou, não haveria recursos para indenizar os produtores atingidos, conforme ressalta a moção.

Com base no documento, o senador ainda afirmou que "países do Primeiro Mundo, com estruturas de controle altamente eficientes, não estão contendo o surgimento de novos focos da doença, o que vem ocasionando a perda dos rebanhos".

Proposta de Valadares prevê redução de juros para agricultor

Os bancos administradores dos fundos constitucionais ficam obrigados a aplicar, a partir da vigência dos contratos originais, expurgo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) cobrada nos financiamentos rurais, de acordo com projeto de lei apresentado ontem em Plenário pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Os percentuais para o expurgo, conforme a proposta, são de 100% para as dívidas enquadradas na categoria "b", 80% para a "c" e 50% para a "d".

— Não se pretende demagogicamente sugerir o perdão das dívidas e sim enfrentar uma realidade que, se não for equacionada, causará uma crise sem precedentes no meio rural, culminando com o esvaziamento do interior e o agravamento dos problemas sociais nos centros urbanos — argumentou.

Na justificativa do projeto, o senador afirma que, apesar das repetidas edições de medidas provisórias e leis visando à regularidade dos financiamentos rurais, nenhuma solução permanente ainda foi encontrada que pudesse deixar tranquilos os agricultores. Os juros cobrados e os encargos que incidem sobre os empréstimos inviabilizam a produção no campo, informou.

O projeto de lei, segundo Valadares, pretende dar um passo decisivo para corrigir uma distorção gerada por diversos fatores, não os climáticos, mas os decorrentes de uma política monetária que vem aplicando na agricultu-



Valadares não quer o perdão das dívidas, mas evitar "uma crise sem precedentes no meio rural"

ra uma correção que torna inviável o pagamento da dívida, fazendo crescer em escala geométrica o saldo devedor.

De acordo com o senador, a aplicação da TJLP tem elevado o estoque da dívida a um montante que, mesmo negociando e prorrogando o seu pagamento, o devedor, após negociar com o banco, em virtude da baixa remuneração do seu trabalho, das secas, enchentes e pragas que causam prejuízos à produção agrícola, "termina fazendo de conta que paga ao banco e o banco credor fazendo de conta que recebe", afirmou.

— Na agricultura, os problemas são grandes, e quem produz enfrenta todo tipo de dificuldades, da falta de crédito e de um serviço de transporte que garanta o escoamento da produção e dos rigores climáticos à falta de uma política de apoio à produção e a quem produz — afirmou.

Parlamentares elogiam atuação da Rádio Senado

Emissora começa a operar em ondas curtas na próxima segunda-feira, levando aos ouvintes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste as transmissões, ao vivo, das atividades do Plenário e das comissões da Casa

O início das transmissões da Rádio Senado em ondas curtas representa um importante avanço no sentido de tornar ainda mais transparentes as atividades do Senado Federal, segundo opinião de diversos parlamentares. A partir desta segunda-feira, as populações das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste poderão captar a programação da emissora na frequência de 5.990 kHz. Com isso, elas poderão acompanhar, ao vivo, os trabalhos do Plenário e das comissões da Casa, bem como ouvir a seleção de música brasileira, de informações, serviços e programas especiais transmitidos pela Rádio Senado.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), primeiro vice-presidente da Casa, considera que, assim como a TV Senado, a Rádio Senado tem prestado um serviço extraordinário à vida pública brasileira. "Os procedimentos do Legislativo passaram a ser extremamente transparentes. Já o eram e agora estão muito mais ainda. Entendo que, com a agregação de mais esse serviço, nós teremos a amplitude que não tínhamos ainda no que diz respeito à divulgação dos trabalhos do Senado", afirmou.

Também na opinião do senador

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) os meios de comunicação hoje à disposição do Senado são extremamente importantes para o fortalecimento da consciência democrática do país e da consciência política. Ele ressalta que, por meio deles, a população passou a ter a oportunidade de abordar de per-

difícil que esse tipo de informação chegue até a muitas das localidades dessa região", afirmou a senadora. "Na Amazônia, o rádio é o veículo de comunicação mais importante e até as pessoas mais pobres de lá têm o seu radinho e vão poder acompanhar nosso trabalho", observou.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), antes da criação da TV Senado e da Rádio Senado esta era uma Casa fechada, distante, da qual o povo tomava conhecimento apenas pelos jornais. "Hoje, eu sinto em meu dia-a-dia no Amazonas, na minha terra, como as pessoas do interior mais longínquo, nos municípios

mais distantes, acompanham as atividades do Senado. Vejo como o meu trabalho e de outros senadores se torna aos poucos conhecido", comentou.

A Rádio Senado em ondas curtas estará no ar de segunda a sexta-feira, das 7h às 23h (hora de Brasília), transmitindo a mesma programação da Senado FM. A exceção será um noticiário especialmente produzido para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, transmitido diariamente no horário de 7h45.

to o trabalho dos senadores, suas posições e convicções. "Portanto, o alargamento da área de penetração da rádio é fundamental", disse Alcântara.

A possibilidade de se captarem as ondas da Rádio Senado na região amazônica é um fator altamente positivo, na opinião da senadora Marina Silva (PT-AC), por garantir o acesso das populações ribeirinhas às informações do Senado. "Saber como votam os parlamentares é muito importante. É



Lobão: Rádio Senado tem prestado grande serviço à vida pública



Marina: rádio leva informação da Casa às populações ribeirinhas

Santos apóia movimento em defesa da Rádio MEC

O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), anunciou sua intenção de propor, na próxima reunião do colegiado, a formação de uma frente parlamentar para defender a Rádio MEC do Rio de Janeiro. A declaração foi feita, durante reunião de trabalho na manhã de ontem, a três representantes do Comitê de Funcionários e Ouvintes em Defesa da Rádio.

Os jornalistas Paulo Portugal, Bertha Nutells (filha do médico sanitário Noel Nutells) e Eduardo Fajardo foram pedir a Ricardo Santos que a emissora recupere a forma de fundação e volte a ser uma rádio pública direcionada para a difusão da educação e da cultura nacionais, "como era o



Recebidos pelo presidente da Comissão de Educação, Ricardo Santos, servidores defendem retorno da emissora à condição de rádio pública

ideal de seu fundador, Roquette Pinto", acentuou Bertha.

Eles criticam a situação da difusora que, desde janeiro deste ano, passou a ser gerida pela Associação de Comunicação e Educação Roquette Pinto (Acerp), ligada à Secretaria de Comunicação do governo federal. Os funcionários e ouvintes afirmam que, desde então, a rádio está passando por um desvirtuamento de sua programação cultural tradicional, perdendo audiência, além de sofrer o desmantelamento da sua

programação jornalística.

Os funcionários apresentaram um abaixo-assinado com 10.800 nomes de pessoas que pedem o apoio e a manutenção da função cultural da rádio. Eles também solicitam que a rádio fique ligada, administrativa e juridicamente, ao Ministério da Cultura ou ao Ministério da Educação.

Ricardo Santos disse que irá levar a reivindicação aos demais membros da comissão e concordou com a necessidade de se defender a manutenção da Rádio MEC nos padrões em que ela foi criada.

"Improviso" estreia novo horário

A partir de hoje, o programa *Improviso* inaugura novo horário na Rádio Senado FM, passando a ser transmitido sempre às quintas-feiras, às 23h. Na estreia, estará em destaque o álbum mais recente do saxofonista Joshua Redman, *Passage of Time*. A mudança faz parte da reforma da programação da rádio. *Passage of Time*, oitavo disco em dez anos de carreira de Joshua Redman, é seu trabalho mais ambicioso.

"Eu vejo esta peça como uma jornada que começa em determinado momento e vai se desdobrando em tempo real", explica Joshua Redman no material de divulgação do álbum. "As partes previamente escritas constituem-se no mapa do trajeto. A banda sabe onde está indo. Sabe o ponto de partida, o ponto de chegada e as paradas que vai precisar fazer. O que não sabemos", diz ele, "é o que faremos durante o percurso. É daí, do improviso, que vem a real inspiração e a beleza da música, ser esse tempo e esse espaço, aí está a jornada."

O programa *Improviso* tem produção e apresentação de Flavio de Mattos e Vinícius Becker, e é reapresentado aos domingos, também às 23h, pela Senado FM, na frequência de 91,7 MHz. A Rádio Senado pode ser captada também pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/radio.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – A senadora Emilia Fernandes e o embaixador da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, falam sobre o projeto Escola da Paz
7h30 – *Entrevista* – O senador Álvaro Dias fala sobre a crise energética
8h – *Journal do Senado* – As principais notícias do dia
8h30 – *Saúde/Unip* – Correção de deformações congênitas – Parte 1
9h – *As Cores do Brasil* – Rio Grande do Sul

9h30 – *Entrevista* – O senador Geraldo Cândido fala sobre os benefícios para as pessoas portadoras de deficiência física
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – CPI do Futebol – Depoimento de Samir Jorge Abdul Hak e José Paulo Fernandes, ex-presidentes do Santos, e do empresário Ivani Targino de Melo
16h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
20h30 – *Entrevista* – O senador Álvaro Dias fala sobre a crise energética
21h – *Journal do Senado* – As principais notícias do dia
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirecTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Rejeitada alteração em idade para aposentadoria

Faltou um voto para a aprovação da emenda que amplia para 75 anos o limite de idade para aposentadoria compulsória de servidores. O resultado da votação pode mudar porque o painel registrou errado o voto do senador Fernando Matusalém

O Plenário do Senado rejeitou proposta de emenda à Constituição (PEC) ampliando, de 70 para 75 anos, o limite de idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos em geral. A PEC, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), se aprovada, também aumentaria de 65 para 70 anos o limite máximo de idade para a nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores. A deci-



A PEC de Pedro Simon também eleva limite de idade para nomeações

ção poderá não ser definitiva.

Mesmo com o resultado proclamado, o presidente do Senado, Jader Barbalho, atendendo a solicitação do senador Fernando Matusalém (PPB-RO), comunicou que a Mesa decidirá o que fazer diante da alegação do senador por Rondônia de que votou favorável à PEC mas seu voto foi computado no painel eletrônico da Casa como abstenção. Matusalém pediu que o as-

sunto fosse encaminhado à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Foram 48 votos favoráveis, 14 contrários e 5 abstenções. Por ser uma PEC e exigir voto qualificado, a matéria necessitaria de três quintos dos votos dos 81 senadores para ser considerada aprovada. Se a Mesa resolver considerar o voto de Fernando Matusalém, o resultado poderá ser alterado, já que o número de votos favoráveis chegará a 49, o mínimo exigido para a aprovação. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) também pediu a retificação do voto de Matusalém.



Senadores contrários à emenda entenderam que ela interfere na autonomia dos estados garantida pela Constituição federal

Parlamentares se dividem em relação à proposta

Durante o encaminhamento da votação da proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que ampliaria de 70 para 75 anos o limite de idade para a aposentadoria compulsória de magistrados, ministros de tribunais e servidores públicos em geral, 20 senadores se pronunciaram. Desse total, 14 se posicionaram a favor do projeto, quatro disseram ser contrários e dois disseram que optariam pela abstenção.

Primeiro a falar, o autor da matéria, Pedro Simon, explicou que a PEC não obrigaria ninguém a somente se aposentar aos 75 anos, mas permitiria a este funcionário trabalhar até essa idade se fosse sua vontade, e também a da entidade à qual ele fosse ligado. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que pior do que não aposentar uma pessoa é querer forçá-la a se aposentar no auge de sua capacidade.

Também favorável à PEC de Simon, Luiz Otávio (sem partido-PA) destacou que não existem motivos para cercar o direito dos ministros do Judiciário de continuarem a trabalhar até os 75 anos. Primeiro a posicionar-se contra o projeto, Tião Viana (PT-AC) manifestou a preocupação com o acesso dos jovens trabalhadores do país ao mercado de trabalho. Na mesma linha, José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que ampliar a compulsória para os 75 anos contribuiria para a cristalização do Direito, já que os ministros dos tribunais permaneceriam mais tempo nos seus postos.

Também contrária ao projeto de Pedro Simon, a senadora Emi-

lia Fernandes (PT-RS) comentou que a proposta dificultaria a absorção de jovens no mercado de trabalho e a renovação de quadros na magistratura. Relator da Subcomissão do Idoso, Sebastião Rocha (PDT-AP) revelou que a relatoria o fez mudar de posição: "Pude estudar melhor a questão e percebi que o que conta não é a idade cronológica, mas as capacidades física e mental da pessoa."

Já o senador Roberto Requião (PMDB-PR) discordou que a idade seja mais importante para a renovação dos tribunais do que as idéias, a inteligência e as teses. "Deveríamos era estar abolindo definitivamente a aposentadoria compulsória", sugeriu. O senador Pedro Piva (PSDB-SP) concordou que o aumento da idade de 70 para 75 anos para a aposentadoria compulsória ainda era pouco. Ney Suassuna (PMDB-PB), relator da matéria na CCJ, citou várias personalidades como Winston Churchill, Picasso e Adenauer como exemplos de que a idade não incapacita as pessoas.

Para o senador Iris Rezende (PMDB-GO), o Brasil não pode abrir mão de servidores competentes apenas pelo fato de terem completado 70 anos. Também defendendo a proposta de Simon, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) reclamou que o idoso hoje é estigmatizado e desprezado na sociedade brasileira. Lauro Cam-

pos (sem partido-DF) testemunhou que teve que se aposentar compulsoriamente como professor universitário e passou três anos ensinando sem receber qualquer remuneração.

Justificando seu voto pela abstenção, Marina Silva (PT-AC) falou que o trabalho civil voluntário poderia ser uma alternativa para o idoso se sentir produtivo. Por outro lado, Amir Lando (PMDB-RO) disse que a PEC evitaria que o Brasil perdesse "um manancial de sabedoria que pode prestar serviços relevantes". Já Geraldo Althoff (PFL-SC) vislumbrou que daqui a dez ou 20 anos o mesmo Senado poderá estar discutindo o aumento da idade limite de trabalho de 75 para 80 anos, em virtude do aumento da longevidade.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) observou que votar contra a proposta não significaria ser contra os idosos. "Pedimos que se analise a questão com a racionalidade devida e sem emocionalismo", defendeu. José Fogaça (PMDB-RS) ressaltou que a PEC ampliava o direito do servidor público de escolher continuar trabalhando até os 75. Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o aumento da média de vida justifica o projeto. Já Heloísa Helena (PT-AL) informou que se absteria por achar que o debate tinha ficado preso a sofismas.

Para alguns senadores, deve-se respeitar a vontade do idoso quanto à sua aposentadoria. Outros temem que a regra reduza o espaço para os mais jovens

Plenário derruba emenda de Ornélas contra a guerra fiscal

Foi rejeitada ontem, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) destinada a acabar com a chamada guerra fiscal, ou seja, a disputa entre os governos estaduais para oferecer benefícios tributários de forma a atrair investimentos. Foram registrados 42 votos favoráveis. Por tratar-se de emenda constitucional, era necessário o apoio de três quintos dos senadores, ou seja, 49 votos.

Quinze senadores manifestaram-se sobre a matéria, a maioria em seu favor. Entre eles, Geraldo Melo (PSDB-RN), que resumiu o texto a dois mandamentos fundamentais: obrigar o governante a só conceder benefício fiscal mediante lei específica e transferir do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para o Senado o poder de decidir sobre a conces-

são de favores fiscais.

Roberto Requião (PMDB-PR) argumentou que, se o Senado assumisse o poder de conceder subsídios tributários, haveria transparência nesse assunto e a impossibilidade concreta de fraudes.

Os senadores capixabas e gaúchos foram os primeiros a insurgir-se contra a emenda. Ricardo Santos (PSDB-ES), Paulo Hartung (PPS-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) argumentaram que, ao procurar limitar os benefícios fiscais, a PEC interferiria na autonomia dos estados, inibindo sua faculdade constitucional de promover o desenvolvimento.

Pedro Simon (PMDB-RS), Emilia Fernandes (PT-RS) e José Fogaça (PMDB-RS) informaram ter recebido ofício do governo gaúcho com argumentos sobre a impropriedade da aprovação da emenda. Segundo Simon, a PEC, na verdade, aprofundaria a guerra fiscal.

Senado substituiria o Confaz na concessão de vantagens tributárias

Definindo o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) como "excrescência remanescente do regime autoritário", Waldeck Ornélas (PFL-BA) defendeu sua proposta destinada a acabar com a guerra fiscal como meio de fortalecer o papel do Senado. A iniciativa transferiria do Confaz para o Senado o poder de decidir sobre isenções, benefícios ou quaisquer subsídios de natureza fiscal.

Hoje, esse poder é do Confaz, que reúne os secretários de Fazenda de todos os estados. Ornélas explicou que, aprovada

a PEC, o Confaz continuaria existindo, mas atuando apenas no âmbito administrativo e não mais como órgão legislador. Ele também argumentou que, com a emenda constitucional em vigor, as decisões concernentes a benefícios fiscais passariam a ser obedecidas.

—Os secretários de Fazenda que hoje não obedecem às determinações do Confaz com certeza passariam a obedecer às decisões do Senado nesse assunto — afirmou.

Waldeck Ornélas disse que secretários de Fazenda não têm melhor competência para legislar que os senadores.

Aprovada isenção tributária para caderno escolar

A proposta de emenda constitucional, de Sebastião Rocha e que foi acolhida por unanimidade pelo Plenário, será agora votada pela Câmara dos Deputados. Para o autor, objetivo da PEC é facilitar o acesso ao conhecimento

Em segundo turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que isenta de qualquer taxa os cadernos escolares e o papel destinado à sua confecção. Com a recomendação das lideranças de todos os partidos pela aprovação e com parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), a proposta foi acolhida por unanimidade. A PEC, que altera o artigo 150 da Constituição, será agora votada pela Câmara.

No encaminhamento da matéria, Rocha disse que a proposta, ao baratear o acesso ao material escolar, facilita a busca, por parte das famílias carentes, do conhecimento, que no mundo globalizado "é o principal capital". O senador lembrou que a desigualdade no país "ainda é gritante" e ressaltou que, sem educação, o Brasil "não poderá cogitar de pertencer à elite das nações mundiais".



Rocha ressaltou que a proposta de emenda constitucional deve baratear o material escolar. "Sem educação, o Brasil não pertencerá à elite das nações mundiais", disse



Em defesa da proposta, manifestaram-se vários senadores. A senadora Emília Fernandes (PT-RS) enfatizou a justiça da medida, lembrando que o artigo 150 da Constituição já isenta de impostos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, como instrumento do

processo educacional. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ressaltou que o autor da proposta teve visão social ao propor o benefício às famílias carentes. Ao declarar seu voto favorável à matéria, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que a iniciativa preencheu uma lacuna importante no conjunto de incentivos à educação no país.



O Congresso também aprovou recursos para a retomada das obras de infraestrutura de irrigação em Pernambuco

Congresso garante créditos para Câmara dos Deputados e Ministério da Agricultura

O Congresso Nacional aprovou ontem reforço orçamentário de R\$ 70 milhões para a Câmara dos Deputados. Os recursos serão utilizados na manutenção de serviços administrativos necessários ao desempenho do mandato dos parlamentares. De acordo com o projeto de lei que autoriza a União a abrir crédito suplementar, o dinheiro sairá do cancelamento parcial e do remanejamento de dotações da própria Câmara.

Deputados e senadores aprovaram ainda a abertura de crédito suplementar de R\$ 1 bilhão em favor do Ministério da Agricultura e Abas-

tecimento. O dinheiro destina-se ao Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), uma parte para amortizar empréstimos e outra para formação de estoques estratégicos destinados a garantir o preço mínimo do arroz, feijão, milho e trigo.

Também foi aprovada abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 877 mil, em favor da Companhia Docas do Ceará (CDC). Os recursos serão utilizados na execução do Projeto Construção de Subestações no Porto de Mucuripe. A exposição de motivos explica que o projeto pretende melhorar a capacidade operacional do sistema de

alimentação de energia do porto, incrementar o nível das atividades portuárias e proporcionar maior segurança aos usuários.

Foi ainda aprovada autorização para que seja executado o contrato relativo à dotação orçamentária destinada à construção de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum no Perímetro Pontal Norte Sul do Estado de Pernambuco. Os recursos serão geridos pela Cia. de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A obra estava paralisada devido a indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU.

Senado discute PEC que beneficia PMs de Rondônia

Transcorreu ontem o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que estende aos integrantes da carreira policial militar do ex-território de Rondônia o mesmo tratamento dado aos PMs dos ex-territórios do Amapá e Roraima. A proposta cria um quadro em extinção na administração federal para abrigar os PMs que se encontravam no exercício regular da função na data em que o território foi transformado em estado.

Como primeiro signatário da PEC, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) lembrou que a inclusão dos policiais militares de Rondônia na reforma administrativa, concretizada na forma da Emenda Constitucional nº 19, somente não se efetivou para evitar que a proposta voltasse à Câmara dos Deputados para nova votação. Na ocasião, dis-



Para Moreira Mendes, a proposta faz justiça a 576 famílias de policiais militares

se, houve amplo entendimento entre os senadores e o governo federal sobre a justiça da questão.

Segundo Moreira Mendes, não se trata de aumentar despesas da União, nem criar novo "trem da alegria", mas de fazer justiça a 576 famílias que foram esquecidas por descuido. Para Amir Lando (PMDB-RO), muitos sequer serão beneficiados, porque já morreram.

Dia do Aviador será homenageado em outubro

Atendendo a requerimento do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), o Senado decidiu dedicar a hora do expediente da sessão plenária do dia 18 de outubro à celebração do Dia do Aviador. Gilvam Borges concebeu a idéia, explicou, movido pela admiração que tem pelo patriotismo e coragem dos que atuam na navegação aérea.

— Os aviadores deram uma contribuição valiosa na 2ª Guerra Mundial, compõem uma força expressiva e têm um poder de fogo fabuloso — declarou.



Gilvam Borges, que sugeriu a homenagem: "Aviadores deram contribuição valiosa na 2ª Guerra"

Plenário acolhe renovações para emissoras de rádio e TV

O Senado aprovou ontem atos renovando a concessão da Rádio Barbacena para serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barbacena (MG); a permissão outorgada à Sociedade Rádio Circuito das Águas para serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em Caxambu (MG); a concessão dada à TV Record de Franca S.A. para executar serviço de radiodifusão

de sons e imagens na cidade de Franca (SP); e a concessão da Rádio Clube de Indaial para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Indaial (SC).

O Senado aprovou, ainda, ato autorizando a Associação Clube de Machadinho a executar serviço de radiodifusão comunitário na cidade de Lauro Müller (SC). Os cinco atos vão agora à promulgação.

Congresso cria comissão para avaliar crise de energia elétrica

Grupo de trabalho, com 11 senadores e 11 deputados, investigará as razões do problema e vai propor soluções para as dificuldades atuais

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite a criação de uma comissão especial de 11 deputados e 11 senadores para investigar as razões da crise energética que pode levar o país a sofrer racionamento de energia elétrica. A comissão terá poderes para convocar ministros para esclarecimentos e solicitar documentos do governo sobre o assunto.

À tarde, durante sessão do Senado, o senador Roberto Freire (PPS-PE) anunciou que estava pedindo apoio à criação do grupo especial, ponderando que "a sociedade está exigindo que o Congresso interfira nessa questão".

Na presidência da sessão do Congresso Nacional, o senador Jader Barbalho pediu aos partidos que indiquem com rapi-



dez seus representantes na nova comissão, permitindo assim que os deputados e senadores comecem a trabalhar já na próxima semana.

O presidente do Senado também defendeu ontem que todas as autoridades, sejam elas do Po-



Segundo o senador Roberto Freire, "a sociedade está exigindo que o Congresso interfira nessa questão"

der Executivo ou do Legislativo, dediquem-se à busca de saídas para a crise no abastecimento de energia. Ele considerou a criação da Comissão Especial Mista do Congresso para discutir as medidas legislativas a serem tomadas como "um gesto concreto de preocupação do Parlamento".

– Vamos acompanhar e sugerir ao Executivo todas as medidas que possam atenuar o quadro, que infelizmente é grave – afirmou.

Jader disse que o momento não é para lamentar apenas, mas para trabalhar no sentido de atenuar os efeitos da crise. Acrescentou que "o Parlamento deve de imediato ingressar nessa discussão".

– Buscar saídas é o grande desafio das autoridades, seja do Executivo ou do Legislativo. Os homens públicos precisam encontrar soluções para evitar ao máximo possível as consequências sobre o crescimento econômico, a taxa de emprego, a qualidade de vida das pessoas, a segurança pública – concluiu.

Lobão destaca projeto para expandir o potencial elétrico maranhense

O senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a ampliação, pela Eletronorte, do potencial elétrico do Maranhão com a implantação, prevista para dezembro do próximo ano, de uma terceira linha de transmissão de energia partindo da Hidrelétrica de Tucuruí (PA). A expansão da rede maranhense, informou ele, prevê ainda a ampliação da subestação Miranda II e a construção da Hidrelétrica de Serra Quebrada, a 15 km de Imperatriz. A energia extra para a expansão será conseguida com a duplicação da capacidade de produção de Tucuruí, de 4 mil para 8,3 mil megawatts, possibilitando o atendimento de cerca de 40 milhões de pessoas.

Ele ressaltou que Serra Quebrada será licitada brevemente, segundo promessa do presidente Fernando Henrique Cardoso em cumprimento ao cronograma da

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O senador fez um breve histórico da atuação da Eletronorte, que em 27 anos de existência investiu aproximadamente US\$ 15 bilhões na construção e operação de usinas hidrelétricas, termelétricas e sistemas de transmissão; em estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental dos aproveitamentos hidrelétricos; e em serviços de distribuição de energia elétrica em Manaus e Boa Vista, por meio das subsidiárias integrais, criadas em 1997, Manaus Energia e Boa Vista Energia.

Edison Lobão ressaltou que a Eletronorte, com uma área de atuação que representa 58% do território nacional, englobando os



Edison Lobão ressaltou que, em 27 anos, a Eletronorte investiu US\$ 15 bilhões na construção e operação de sistemas elétricos

estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Maranhão, possibilita a exploração energética adequada da Região Norte, garantindo energia elétrica para 13 milhões de brasileiros.



SENADORES MEXICANOS VISITAM PLENÁRIO

O presidente do Senado, Jader Barbalho, deu as boas-vindas à delegação de senadores mexicanos que visitou o Plenário da Casa quando os senadores votavam as matérias da ordem do dia de ontem. A visita da comitiva, composta pelos senadores Jesus Munhoz, Jorge Infante e Antonio Sanchez, tem como objetivo conhecer a experiência brasileira de privatização do sistema energético.

Ademir lamenta decisão de Bush de não ratificar Protocolo de Kyoto

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou a decisão do presidente norte-americano, George W. Bush, de não regulamentar no seu país as normas para emissão de gás carbono, registradas no Protocolo de Kyoto, firmado no Japão, em 1997. Esse acordo, explicou o senador, objetiva reduzir o efeito estufa no mundo. Ademir solicitou empenho do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no sentido de pressionar o governo norte-americano a rever seu posicionamento. Ele citou ainda a moção, aprovada no último dia 24 pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, protestando contra a decisão do presidente Bush.

Ademir Andrade apontou a nova rodada de negociações em torno do Protocolo de Kyoto, que será realizada em julho próximo, em Bonn, como o momento ideal para tentar reverter o quadro atual. "É preciso que busquemos alternativas de pressão e persuasão, com rapidez, para salvar as resoluções de Kyoto", afirmou ele. O senador explicou que a adesão dos Estados Unidos é imprescindível, uma vez que aquele país é um dos maiores emissores de gases que causam o efeito estufa no planeta.

Segundo o parlamentar, o presidente norte-americano, conforme notícias veiculadas na mídia, somente se posicionará em caráter definitivo sobre o assunto após conclusão de estudo feito por um grupo ministerial sobre todas as opções disponibilizadas pelo Pro-



Ademir Andrade informou que a temperatura da Terra sofrerá acréscimos entre 1,4 e 5,8 graus

toloco de Kyoto.

Conforme Ademir Andrade, a temperatura da Terra sofrerá acréscimos entre 1,4° e 5,8° na escala Celsius, de acordo com recentes pesquisas científicas. Decorrência direta de um desordenado processo de industrialização em inúmeras nações, enfatizou o senador, o aquecimento global hoje compromete a qualidade de vida do mundo.

O senador atentou para a postura conformista de todos os países no que diz respeito à decisão dos Estados Unidos de não endossar o Protocolo de Kyoto. Nem ativistas verdes norte-americanos, lembrou Ademir, conseguiram sensibilizar o Executivo ou o Legislativo. Ele ratificou a necessidade de contestar a decisão unilateral dos Estados Unidos, adotada em detrimento dos interesses comuns dos habitantes do planeta.